

NOTA DOS EDITORES

No intuito de honrar nossos autores colaboradores e reforçar o compromisso editorial da Antropolítica em publicar escritos antropológicos que compreendam a diversidade teórica, empírica e metodológica de nossa área, o número 43 da Revista Antropolítica traz uma seção ampliada de artigos livres. De acesso livre e gratuito, os oito artigos que apresentamos refletem essa perspectiva.

O primeiro artigo, de Carlos Cowan Ros, traz a trajetória e o exercício de uma liderança política em Punta Jujeña, área rural da Argentina, mostrando como transformações institucionais, econômicas e sociais estão imbricadas neste processo. No artigo seguinte, “Os vetos do prefeito’: políticas de um plano municipal de educação numa sessão legislativa”, o autor Francisco Cleiton Vieira Silva do Rego tem por objetivo, numa perspectiva etnográfica, “mostrar a representação e as noções de poder de governar e política manejadas por parlamentares” durante os trâmites de aprovação do Plano Municipal de Educação, em Natal, RN. O terceiro artigo, de Bóris Maia, aborda os processos de construção de autoridade carismática exercida por professores em uma escola pública do Rio de Janeiro. Através de etnografia das atividades pedagógicas voltadas para o Ensino Médio, o autor mostra como as performances dos professores conferiam-lhes legitimidade e o estabelecimento de relações carismáticas com seus alunos.

Já o artigo de Alessandra de Andrade Rinaldi discute as políticas de adoção na cidade do Rio de Janeiro e seus efeitos sobre indivíduos e casais envolvidos na questão. Com base em pesquisa documental e em trabalho de campo etnográfico, a autora aponta para os múltiplos sentidos que envolvem a prática adotiva e de como eles afetam, inclusive, os agentes do direito em suas decisões. O artigo de Juliana Vinuto e Fabrício Basílio analisa a série de filmes *Trilogia do Cárcere*, de Aly Muritiba, em diálogo com a literatura sociológica e antropológica. Os autores argumentam que a narrativa filmica sobre o cárcere e as relações dentro e fora do ambiente prisional pode contribuir, numa perspectiva empírica, com os estudos acerca do sistema prisional no Brasil. Se-

guindo, temos o artigo de Andressa Nunes Soilo, que aborda as relações entre as práticas estatais e o comércio popular a partir de pesquisa etnográfica realizada tanto num *camelódromo* localizado na cidade de Porto Alegre/RS quanto com agentes estatais dos órgãos de fiscalização. O foco é mostrar que, para além de conflito e tensão nas relações, há margens de criatividade que atuam “negociando e definindo os limiares da legibilidade estatal”. O autor Rafael Munia, por sua vez, discute formas de produção de subjetividades japonesas a partir de “duas máquinas de produção de *japonesidade* distintas: o neoliberalismo, representado pelo mercado e pelo ideário empreendedor, e a identidade nacional, representada pelas instituições de ensino e os discursos herdados do *nihonjinron*”. A pesquisa empírica que baseia a discussão do autor foi feita com jovens de várias cidades japonesas. Por fim, temos o artigo de Vitor Hugo Souza Barreto trazendo importantes e necessárias reflexões sobre como certos temas de pesquisa acadêmica tornam-se alvo de reações conservadoras por parte de alguns grupos sociais, principalmente os estudos que abordam questões de gênero e sexualidade. Partindo da problematização de sua própria experiência ao ter sua etnografia como “alvo de ataque”, Vitor Hugo chama atenção para como o debate público a respeito da temática, quando olhado pelo viés do “incômodo” que causa àqueles críticos, é atravessado por elementos que revelam ideias de “certos ‘riscos sociais’”.

Na seção Olhares Cruzados, Edilson Márcio Almeida da Silva aborda o processo de criminalização da violência doméstica em Portugal a partir do papel atuante que a mídia portuguesa exerceu na visibilização e na construção dessa forma de violência como problema público, buscando uma perspectiva comparativa com o que ocorre no Brasil. A pesquisa apresentada é resultado do estágio pós-doutoral do autor, entre 2011 e 2012, na Universidade Nova de Lisboa, no âmbito do Programa CAPES/FCT, como pesquisador do Projeto Modernidade e Justiça: controvérsias, causas públicas e participação política numa perspectiva Brasil/Portugal.

Já na seção Trajetórias e Perspectivas, destinada à apresentação de experiências profissionais de antropólogos e pesquisadores na área, publicamos o artigo “Crianças, povos indígenas e direitos: controvérsias identitárias e sen-

sibilidades jurídicas a partir de Belo Monte”, da antropóloga e historiadora Jane Felipe Beltrão. Ela é professora titular e docente permanente dos programas de pós-graduação em Antropologia (PPGA) e Direito (PPGD) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Também foi vice-presidente da Associação Brasileira de Antropologia (2014-2018) e atualmente é membro das Comissões de Laudos Antropológicos e de Direitos Humanos dessa instituição. O artigo publicado nesse número apresenta, em primeiro lugar, a trajetória da Jane Beltrão naquilo que ela mesma chama de “Antropologia em ação”, em particular nas pesquisas relativas à e na Amazônia. Em um segundo momento, expõe a discussão sobre controvérsias em relação à identidade e direitos de crianças da região do Médio Xingu, área “conflituada” pela instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Finalizamos o presente número com as resenhas de Lenin Santos Pires (BAUMAN, Zygmunt. *Extraños llamando a la puerta*. Buenos Aires: Paidós, 2016) e de Viviane Menezes Hermida (Juris, Jeffrey S. E Khasnabish, Alex (eds.). *Insurgent Encounters: Transnational Activism, Ethnography, and the Political*. Duke University Press, 2013, 472 p.).

A fotografia da capa é de Danilo Borghi G. Pinto, de agosto de 2018, na Aldeia Ekeruá, localizada na Terra Indígena Araribá, município de Avaí-SP. Trata-se de jovens indígenas Terena trabalhando no processo de seleção e lavagem de batata doce, que é comercializada no mercado alimentício da cidade de Bauru e região. O processo de produção agrícola é realizado em grande parte pelos jovens da aldeia, sendo uma importante fonte de renda de caráter endógeno. O autor da foto é graduando em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense e bolsista Pibic (2018-2019).

A Revista Antropolítica recebe submissões de artigos de interesse da área de Ciências Sociais em fluxo contínuo. Para informações sobre as regras e os processos de submissão, avaliação e publicação, acesse nossa homepage (www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica/index).